



Princípios do Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Internos

- Acordo de Empresa I (AE I), aplicável à generalidade dos Trabalhadores;
- Acordo de Empresa II (AE II), aplicável aos Trabalhadores Licenciados e Bacharéis.

O Acordo Colectivo de Empresa (AE) é um instrumento que regula as relações de trabalho (os direitos e deveres) entre a entidade empregadora e os seus Trabalhadores. Sendo este acordo celebrado livremente pelas partes, Sindicatos e Gestão da Empresa, assenta no princípio de, com as regras aí definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da Empresa e o cumprimento dos objectivos por ela prosseguidos.

- Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (em vigor desde Julho de 2006), criado com o objectivo de "...Enquadrar os princípios estruturantes e valores centrais da Empresa num conjunto de regras éticas e deontológicas que se impõem à consciência colectiva como modelo comportamental, que devem ser observadas na acção quotidiana." É aplicável a todos os Colaboradores do ML que, no âmbito das suas funções e competências, deverão observar os princípios, regras de conduta e valores nele constantes.
- Para além dos acima mencionados, existe um conjunto significativo de outros documentos que regem internamente a actividade do ML, dos quais se destacam:
 - Regulamentos de Segurança; de Controlo de Alcoolemia; de Vestuário de Trabalho; de estágios.
 - Manuais da Organização; de Vendas e Fiscalização; de Gestão das Estações; de Procedimentos Gerais do Sistema de Gestão Documental.
 - Normativos de Estabelecimento de Zonas de Trabalho Sem Tensão; sobre a atribuição do Cartão Lisboa viva; sobre deslocações em território nacional e ao estrangeiro ao serviço da Empresa; sobre Circulações de Serviço para os Trabalhos Nocturnos; sobre visitas domiciliárias efectuadas pela Empresa.
 - Procedimentos da Qualidade; de Processos; do Sistema de Gestão da Qualidade; Instruções de Trabalho; a adoptar em caso de acidente de trabalho; sobre a aquisição, manuseamento, armazenagem e remoção de agentes químicos perigosos.
 - Plano de Organização e Gestão da Segurança da Empresa (POGSE) que integra os seguintes regulamentos: de Segurança de Pessoal nas Vias Electrificadas



(RSPVE); de Circulação de Comboios (RCC); de Sinalização (RS); de Utilização das Redes de Telecomunicações (RURT).

- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas.

Externos

- Lei n.º 11/87, de 7 de Abril - Lei de Bases do Ambiente;
- Lei n.º 10/90, de 17 de Março – Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres;
- Decreto-Lei n.º 8/93, de 11 de Janeiro – Estabelece o regime dos títulos combinados de transportes;
- No caso do investimento subvencionado pelo Feder - Regulamento 1260/1999 de 21 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 558/99, 17 de Dezembro: Estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas;
- Portaria n.º 343/2002, de 2 de Abril – Altera o período de validade dos bilhetes simples e multiviagem do metropolitano de Lisboa;
- Portaria n.º 102/2003, de 27 de Janeiro – Define os títulos de transporte que as empresas de transporte público colectivo de passageiros devem praticar
- Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de Julho: Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2000/52/CE da Comissão, de 26 de Julho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas, bem como à transparência financeira relativamente a determinadas empresas;
- Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro - Define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho-de-ferro e de gestão da infra-estrutura ferroviária, transpondo para a ordem jurídica nacional as Directivas n.ºs 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE, do Parlamento Europeu, de 26 de Fevereiro;
- Directiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais;
- Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços;
- Regulamento 1164 /94, de 19 de Maio 2004 – No caso do investimento subvencionado pelo Fundo de Coesão;
- Decreto-Lei n.º 120/2005, de 26 de Junho – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de Julho;



- Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro – Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral;
- Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho – Aprova o Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros;
- Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto – Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído e que se aplica às infra-estruturas de transporte;
- Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de Março: Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva 2005/81/CE da Comissão, de 28 de Novembro, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados membros e as empresas públicas, bem como à transparência financeira relativamente a certas empresas;
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março: Aprova o novo estatuto do gestor público;
- Decreto-Lei n.º 74/2007, de 27 de Março - Consagra o direito de acesso das pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público, revogando o Decreto-Lei n.º 118/99, de 14 de Abril;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprova os princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado;
- Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de Junho - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, que altera a Directiva n.º 91/440/CEE, do Conselho, de 29 de Julho, relativa ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários, e, parcialmente, a Directiva n.º 2004/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade, alterando o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro – Por força do artigo 7.º este diploma é transitoriamente aplicável às empresas que realizem actividades de prestação de serviços de transporte ou gestão da infra-estrutura em sistemas de metropolitano e de metropolitano de superfície;
- Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto:
 - ✓ Estabelece o regime jurídico dos bens imóveis do domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;
 - ✓ Aprova o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos;



- ✓ Estabelece, ainda, os deveres de coordenação de gestão patrimonial e de informação sobre bens imóveis dos sectores público administrativo e empresarial, designadamente para efeitos de inventário;
- Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 17/2007, de 26 de Abril, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime do sector empresarial do Estado e das empresas públicas;
- Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 1191/69 e (CEE) n.º 1107/70 do Conselho;
- Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro
- Despacho normativo n.º 2/2008, de 10 de Janeiro (II Série), que fixa em 3,91 % a percentagem máxima de aumento médio para transportes urbanos de Lisboa e do Porto, com produção de efeitos a 1 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação complementar (Portarias 701-A/2008, 701-C/2008, 701-D/2008, 701-E/2008, 701-F/2008, 701-G/2008, 701-H/2008, 701-I/2008 e 701-J/2008, todas de 29 de Julho);
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/2008, de 22 de Fevereiro, que aprova o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa “Pagar a Tempo e Horas” (aplicável às entidades públicas empresariais);
- Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março, que aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição, exigindo que, nas empreitadas e concessões de obras públicas, o plano de execução seja acompanhado de plano de prevenção e gestão de RCD;
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado;
- Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio (II Série), que regula a prestação de informação das empresas públicas à Inspeção-Geral de Finanças e Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Despacho Normativo n.º 33/2008, de 17 de Julho (II Série), que fixa a percentagem máxima de aumento médio para os transportes urbanos de Lisboa e Porto, para os transportes colectivos rodoviários interurbanos de passageiros e para os transportes ferroviários e fluviais;



- Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho, que estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e recepção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição de subvenções públicas (entrando em vigor apenas em 1 de Janeiro de 2009);
- Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto, que estabelece o regime jurídico das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro, que cria o passe escolar ou “passe [4_18@escola.tp](#)”, com produção de efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008;
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Outubro, que aprova o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado;
- Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, nos quais se incluem as gares de transportes;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE), em complemento do DL n.º 220/2008;
- Portaria n.º 138/2009, de 3 de Fevereiro - Define as condições de atribuição do “passe escolar [4_18@escola.tp](#)”;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2009, de 10 de Fevereiro, que autoriza a realização de despesa resultante do acordo a celebrar entre o Estado e os operadores de serviço de transporte público colectivo de passageiros decorrente da implementação do “passe escolar [4_18@escola.tp](#)”;
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 29/2009, de 30 de Março, que procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, reforçando a garantia de pagamento aos credores;
- Decreto-Lei n.º 114/2009, de 18 de Maio - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 394/2007, de 31 de Dezembro, relativo à investigação técnica de acidentes e incidentes ferroviários, clarificando que o conceito de transporte ferroviário presente no respectivo âmbito de aplicação abrange outros sistemas guiados, para além do caminho-de-ferro pesado;
- Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio - Define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas.
- Decreto-Lei n.º 148-A/2009. D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 2009-06-26 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei



- n.º 439/78, de 30 de Dezembro. A partir de 26 de Julho de 2009, o Metropolitano de Lisboa passou a E.P.E. (Entidade Pública Empresarial);
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro (aplicável às empresas públicas – art. 3.º);
 - Portaria n.º 959/2009, de 21 de Agosto, que aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro;
 - Portaria n.º 968/2009, 26 de Agosto, que estabelece as regras a que obedecem as deslocações de diversos animais de companhia em transportes públicos;
 - Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto, que cria o “passe sub23@superior.tp” aplicável a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos;
 - Portaria n.º 982-A/2009, de 2 de Setembro (2.º Suplemento), que altera a Portaria n.º 138/2009, de 3 de Fevereiro, que define as condições de atribuição do “passe escolar 4_18@escola.tp”;
 - Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de Setembro (2.º Suplemento), que define as condições de atribuição do “passe sub23@superior.tp”;
 - Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel;
 - Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, que procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às actividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior.
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009, de 2 de Outubro, que cria a Rede Interministerial de Informação e Comunicação e aprova as normas para a identificação, autenticação e assinatura electrónicas de cidadão perante a Administração, sendo as normas constantes do respectivo anexo expressamente aplicáveis às entidades públicas;
 - Portaria n.º 22/2010, de 11 de Janeiro, que Estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.) – A Comissão integrará um representante do ML, E.P.E..

**Transacções relevantes com entidades relacionadas**

Un: €

Transacções 2008	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários
Ferconsult, S.A.	1.594.175	73.229	116.973	87.362
Metrocom, S.A.	1.603.058	21.461	49.904	0
Publimetro, S.A.	1.741.140	88.162	0	4.500
Fernave, S.A.	750	0	0	0
Total	4.939.122	182.852	166.877	91.862

Un: €

Transacções 2008	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	14.381.642	377.772	936.597	0	2.182.257	0
Metrocom, S.A.	0	6.000	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	111.291	0	195	0	0
Total	14.381.642	495.063	936.597	195	2.182.257	0

Un: €

Transacções 2009	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários
Ferconsult, S.A.	65.177	149.625	0	477.734
Metrocom, S.A.	928.750	51.922	0	5.375
Publimetro, S.A.	1.812.000	105.322	0	22.273
Fernave, S.A.	700	0	0	0
Total	2.806.627	306.869	0	505.382

Un: €

Transacções 2009	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	9.503.822	11.342	0	0	409.440	538.009
Metrocom, S.A.	0	68.281	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	153.050	0	0	0	0
Total	9.503.822	232.673	0	0	409.440	538.009



Outras transacções

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

Os procedimentos de formação de contratação que o ML efectuou regeram-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP). Nas aquisições no âmbito dos transportes e abaixo do limiar comunitário não se seguiu o CCP, por estarem dispensadas dessa tramitação.

No decurso de 2009, o Conselho de Administração estabeleceu procedimentos no âmbito da aquisição de bens e serviços:

- Em Março, através de Deliberação, para actualizar a Delegação de Competências no que diz respeito aos valores para consulta e aquisição de bens e serviços (com excepção de viaturas, equipamento informático, software e mobiliário) pelos ODDCA e lançamento de empreitadas pelas áreas operacionais;
- Em Junho, por meio de Ordem de Serviço, para clarificar a adopção de procedimentos, tendo em conta a dualidade de regimes de contratação instituída pelo CCP – o Regime Geral, quando o ML actua como entidade pública adjudicante e o Regime Especial, quando actua com entidade pública adjudicante que exerce a sua actividade na área dos transportes;
- Em Outubro, através de Deliberação, para criar a Direcção de Contratação e Procurement, procedendo ao reajustamento da estrutura orgânica da empresa e dos meios adequados ao cumprimento agilizado e integrado CCP, de forma a promover a articulação e normalização dos procedimentos.

No âmbito da RCM n.º 49/2007, indicam-se:

- Transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado (ajustes directos com consulta a apenas uma entidade):



Tipo de contrato	Contrato	Objecto	Fundamentação	Fornecedor	Data de assinatura	Preço contratual
Aquisição de Serviços	25/2009-ML	Prestação de serviços de análise e verificação do projecto de execução e de projectos complementares de alteração do projecto da Emp. 671/07.	Sector especial transportes	COBA, S.A.	2009.03.27	170.000,00 €
	44/2009-ML	Prestação de serviços de reparação de bancos do material circulante do ML	Sector especial transportes	MESI - Manutenção e Serviços Industriais, LDA	2009.04.01	567,00 €
	46/2009-ML	Prestação de serviços de certificação, do Sistema de Gestão de Qualidade da área de exploração comercial do ML	Sector especial transportes	SGS - Inter Certification Services, Lda	2009.04.06	7.033,38 €
	59/2009-ML	Prestação de serviços actuariais - estudo sobre viabilidade de implementação de plano de pensões no ML	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	Pereira da Silva, Pedro Corte Real e Associados, LDA	2009.05.12	40.000,00 €
	68/2009-ML	Prestação de serviços de alterações nos títulos de transporte do sistema de bilhética do ML	Sector especial transportes	Indra Sistemas, S.A.	2009.06.04	35.776,00 €
	91/2009-ML	Prestação de Serviços de instrumentação para o troço 61º - Aduelas 1 a 321, Restauradores / Sta. Apolónia - Túnel do Terreiro do Paço, da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa EP	Sector especial transportes	SPGO - Soc. de Projectos e Gestão de Obras, LDA	2009.07.14	282.000,00 €
	93/2009-ML	Prestação de serviços relativo à implementação de alterações no Interface Homem-Máquina das máquinas automáticas, no carregamento de títulos em uso de outro operadores e na realização do teste piloto com telemóveis NFC no sistema de Bilhética do Metropolitano de Lisboa, EP	Sector especial transportes	INDRA SISTEMAS, SA	2009.07.17	40.610,70 €
	94/2009-ML	Prestação de serviços de fiscalização das obras de S. Sebastião I e II / Saldanha I e II e Avenida	Sector especial transportes	RAÚL DAS DORES COSTA	2009.07.20	1.853,50 €
	95/2009-ML	Prestação de serviços de fiscalização de obra na EMP. ML 682/09 Referente aos trabalhos de arranjos exteriores do Interface do Senhor Roubado e Posto de Ventilação 4 em Odivelas	Sector especial transportes	MANUEL ANTÓNIO JOAQUIM PEREIRA MAIA	2009.07.27	1.853,50 €
	97/2009-ML	Prestação de serviços de coordenação dos trabalhos de planeamento e expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, EPE	Sector especial transportes	TRANSES - Consultoria, Estudos e Projectos, LDA	2009.08.19	30.000,00 €
	99/2009-ML	Prestação de serviços de disponibilização de Plataforma Electrónica de Contratação e de Certificados Digitais Qualificados	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	SAPHETY LEVEL - Trusted Services, SA	2009.08.27	41.500,00 €
	112/2009-ML	Prestação de Serviços de gestão, acompanhamento e desenvolvimento do Projecto de Apoio a Jovens Artistas Portugueses por meio de divulgação em suportes alternativos	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	SOTA - Agência de Arte, SA	2009.10.09	140.000,00 €
	114/2009-ML	Prestação de serviços de elaboração dos projectos das especialidades para a estação S. Sebastião I e II, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, EP	Sector especial transportes	CJC - Engenharia e Projectos, Ltda	2009.01.05	375.500,00 €



Tipo de contrato	Contrato	Objecto	Fundamentação	Fornecedor	Data de assinatura	Preço contratual
Aquisição de Serviços	115/2009-ML	Prestação de serviços de elaboração dos projectos das especialidades para a estação S. Sebastião I, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, EP	Sector especial transportes	CJC - Engenharia e Projectos, Ltda	2009.10.15	190.000,00 €
	118/2009-ML	Prestação de serviços de telecomunicações móveis para o Metropolitano de Lisboa, EPE	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA	2009.11.03	486,78 / mês
	119/2009-ML	Fornecimento, instalação e manutenção do software GlooqPro	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	EXERT - Solutions & Consulting, LDA	2009.11.03	33.850,63 €
	128/2009-ML	Aquisição de serviços de assessoria financeira no âmbito da emissão de Obrigações 2009/2010	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	BANCO BPI, SA	2009.12.14	20.000,00 €
	133/2009-ML	Prestação de serviços de engenharia geotécnica no âmbito do prolongamento S. Sebastião / Campolide, Término e PV199, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, EPE	Sector especial transportes	ENG. PEDRO ALEXANDRE BRITO DE CARVALHO	2009.12.30	10.000,00 €
Aquisição de Bens	55/2009-ML	Fornecimento, instalação, e colocação em serviço de matriz de video para a estação do Marques de Pombal I e remodelação de cablagem nas racks de videovigilância do ML	Sector especial transportes	TELIC - Telecomunicações e Montagens, S.A.	2009.05.05	9.825,91 €
	56/2009-ML	Fornecimento e montagem de tampas de ABS para perfil de borracha dos vidros dos canais das linhas de controlo das estações do ML	Sector especial transportes	Metalfonte, Construções Metálicas, Lda	2009.05.05	7.248,00 €
	58/2009-ML	Fornecimento e instalação de stand para exposição da UITP	CCP - art. 20.º, n.º 1, al. a)	EXPOFORMA - Design de espaços e Construções, S.A.	2009.05.12	56.000,00 €
	64/2009-ML	Fornecimento e trabalhos de substituição de sinais de um filamento por sinais de dois filamentos em Alameda I e Linha Vermelha do ML	Sector especial transportes	Dimetric, S.A.	2009.06.04	97.769,53 €
	67/2009-ML	Fornecimento, montagem, ensaio e colocação em serviço de equipamentos de energia para as salas de sinalização dos PMOs do ML	Sector especial transportes	Dimetric, S.A.	2009.06.18	36.578,10 €
	87/2009-ML	Fornecimento e montagem de sinalética e mobiliário no âmbito da remodelação da estação Avenida, do ML	Sector especial transportes	APAMILUX, Imagem Corporativa, S.A.	2009.07.03	55.855,51 €
	111/2009-ML	Fornecimento e montagem dos equipamentos de despacho e gestão das comunicações para o PCC da Sidónio Pais - Sistema SIRESP - da rede do Metropolitano de Lisboa, EPE	Sector especial transportes	MOTOROLA - Portugal Comunicações, LDA	2009.09.24	265.472,00 €

- Lista de fornecedores que representam mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos (superiores a um milhão de euros):

Un.: € (IVA não incluído)

EDP COMERCIAL - Comercialização de Energia, SA	4.873.007
2045 EMPRESA DE SEGURANÇA, SA	3.978.466
COMPANHIA SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL	3.453.658
GRUPO 8 - Vigilância e Prevenção	2.608.054



Análise de Sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

A Sustentabilidade do Metropolitano de Lisboa (ML) alicerça-se numa visão estratégica de excelência operativa, qualidade de serviço e eficiência económica, tendo sempre como horizonte a preocupação ambiental, contribuindo, de forma positiva, para uma responsabilidade social acrescida perante a cidade.

Neste sentido, a invulgar dinâmica de mudança, que tem caracterizado o ML e de que são exemplos o processo de expansão e modernização da rede, passando pelo aperfeiçoamento e modernização dos seus processos e meios, deverá orientar-se neste esforço de qualidade e excelência, sustentado na inovação tecnológica e respeito pelos aspectos ambientais.

O **Desenvolvimento Sustentável** da Empresa tem como base os seguintes planos:

Plano Ambiental

Daremos continuidade à implementação e melhoria dos seguintes procedimentos ambientais:

- Acompanhamento da elaboração de Estudos de Impacte Ambiental para os novos prolongamentos e, caso exigido legalmente, da respectiva Avaliação de Impacte Ambiental;
- Acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção em curso ou a iniciar.

Promoveremos ainda as seguintes acções:

- Integração dos objectivos do Protocolo de Quioto nos objectivos ambientais da Empresa;
- Planificação e implementação de acções visando a atenuação dos impactes ambientais negativos das instalações existentes, particularmente no que se refere à atenuação dos níveis de ruído e vibrações e à melhoria da qualidade do ar nas estações do ML, bem como à plena implementação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos;
- Implementação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo a NP EN ISO 14001:2004, a curto/médio prazo, para determinadas áreas da Empresa;
- Iniciação dos trabalhos referentes a contabilidade ambiental.

Plano Económico

Daremos continuidade à promoção das seguintes iniciativas:

- Melhoria dos processos e da sua condução, orientados para o Cliente, baseados numa gestão exigente, competitiva e eficiente;



- Maximização dos proveitos e contenção dos custos correntes, alicerçada na promoção do aumento da procura e da melhoria da produtividade;
- Definição do modelo de financiamento público da actividade e do investimento nos transportes públicos, de modo a permitir a estabilidade no prosseguimento dos investimentos necessários à expansão da rede e a cobertura das despesas de funcionamento;
- Maior inovação tecnológica, indutora de maior produtividade;
- Maior e melhor integração intermodal, de forma a melhorar a qualidade do serviço e a qualidade percebida pelos Clientes, gerando efeitos de crescimento de procura e de sustentabilidade de tarifário mais elevado.

Plano Social

Ao nível interno, as orientações para os nossos Recursos Humanos continuarão a ser as seguintes:

- Melhoria da produtividade, através do desenvolvimento de competências individuais;
- Racionalização do trabalho, mediante a adequação das competências às necessidades da Empresa;
- Motivação, através do favorecimento sustentado de uma prática de elevados desempenhos e da avaliação do desempenho;
- Desenvolvimento de uma prática social indutora de uma sustentada paz social.

No plano externo, a promoção da aproximação às partes interessadas nas diversas áreas de intervenção da Empresa continuará a ser um objectivo mobilizador das nossas iniciativas, tais como:

- Desenvolvimento dos projectos de intermodalidade;
- Evolução dos sistemas de bilhética;
- Pontualidade crescente das composições;
- Valorização social ou cultural dos espaços;
- Facilitação da acessibilidade a Clientes com mobilidade reduzida;
- Melhoria da sinalética e do sistema de informações;
- Promoção das condições de segurança dos Clientes e da qualidade do atendimento ao público.



A missão do ML é prestar **Serviço Público** de Transporte Colectivo de Passageiros, em metropolitano, **orientado para o Cliente**, segundo princípios de racionalidade económico-financeira e de eficácia social e ambiental.

O ML opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais, que regulam a existência e a actividade das empresas públicas, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa. A nossa prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário, investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios. A gestão económica do ML é assim conduzida de acordo com os imperativos do planeamento económico nacional e segundo princípios de economicidade que possam ser objectivamente fixados e controlados em relação às diversas funções e actividades desenvolvidas pela Empresa.

Os princípios básicos de **Gestão Empresarial** são os seguintes:

- As tarifas devem assegurar receitas que permitam a cobertura dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados de auto-financiamento e de remuneração do capital investido. Sempre que, por razões de política económica e social, seja imposta ao ML a manutenção de instalações, a prestação de serviços ou a prática de tarifas que, dentro dos padrões predeterminados de produtividade, não sejam compatíveis com uma gestão económica e financeira equilibrada, deve o Estado indemnizar compensatoriamente a Empresa de forma a possibilitar aquele equilíbrio;
- Os objectivos técnicos e económico-financeiros de médio prazo, designadamente no que respeita à remuneração do trabalho e do capital investido e à obtenção de um adequado auto-financiamento, devem ser claramente fixados com a Tutela, sempre que possível;
- A evolução da massa salarial deve respeitar os objectivos enunciados nas alíneas anteriores, bem como a necessidade de adoptar políticas tarifárias que não acentuem seriamente as tensões inflacionistas, devendo sempre subordinar-se à política nacional de salários e rendimentos;
- A minimização dos custos, mediante melhor aproveitamento dos recursos postos à disposição da Empresa, deve ser tida como um objectivo, com vista a atingir o máximo de eficácia na sua contribuição para o desenvolvimento económico e social.

Entendemos como **Responsabilidade Social** interna as condições que proporcionamos aos nossos Colaboradores e que permitem a melhoria da sua qualidade de vida. Neste quadro, a nossa Empresa assume uma política de Recursos Humanos em que merecem particular atenção as carreiras profissionais, com um progressivo enriquecimento funcional das categorias que as integram, apoiadas numa política de formação permanentemente voltada para a actualização



profissional e para o Cliente, a par de um sistema de benefícios sociais que abrange a protecção no trabalho, na saúde e na reforma.

Para o sucesso de uma gestão de Recursos Humanos centrada no apoio ao desenvolvimento e na optimização das competências individuais para a evolução na carreira profissional, é indispensável o estabelecimento de uma eficiente estruturação e interligação entre todas as carreiras profissionais. Nesta perspectiva, a existência de carreiras profissionais complementa-se com a interligação existente com processos de avaliação do desempenho, diferenciados consoante os grandes grupos de carreiras existentes na nossa Empresa, funcionando, por um lado, como factor de regulação da progressão profissional e, por outro, como *input* para a atribuição de prémios directamente ligados ao desempenho profissional.

Num mundo cada vez mais global e concorrencial, a necessidade de delinear linhas orientadoras para atingir os objectivos estratégicos definidos, passa pela identificação de **Riscos e Oportunidades** globais. No nosso caso são de referir:

As Grandes Tendências das Sociedades Modernas

O fenómeno da globalização, em paralelo com o processo de integração na União Europeia e as consequências do crescimento económico - aumento da aquisição de veículos motorizados, crescimento significativo das cidades, descentralização dos núcleos habitacionais nas cidades, grande dependência e previsão de escassez dos combustíveis fósseis, aumento dos acidentes rodoviários - constituem vectores estruturantes da sociedade de hoje, que envolvem grandes desafios para o futuro e que têm implicações significativas no potencial de atracção do transporte público de passageiros.

Por outro lado, processam-se significativas transformações nas estruturas sociais - envelhecimento da população, aumento do período activo dos idosos, diminuição da dimensão dos agregados familiares, significativa presença de imigrantes, níveis de desemprego significativos, aumento da percepção de insegurança - e alteram-se valores de referência tradicionais - estilos de vida saudáveis, valorização da qualidade do ambiente, isolamento face à vizinhança - num quadro de difusão crescente das novas tecnologias de informação, mas com o agravamento da distância entre os “integrados” e os “socialmente excluídos”.



A Mobilidade Sustentável

O “transporte ambientalmente sustentável” é definido como o transporte que não prejudica a saúde pública nem os ecossistemas e que satisfaz as necessidades de acesso de forma consistente com a utilização de recursos renováveis a taxas inferiores às da sua renovação e com a utilização de recursos não-renováveis abaixo das taxas de desenvolvimento dos substitutos renováveis. No conjunto de transformações que afectam as sociedades modernas, o transporte público de passageiros – reconhecido como uma actividade económica fundamental para o desenvolvimento das comunidades e para o Desenvolvimento Sustentável - deve, consequentemente, ser incrementado. Tal deve acontecer não só para dar resposta às crescentes necessidades de melhoria da acessibilidade, como tendo em conta que proporciona também outros benefícios não menos importantes, nomeadamente, e face ao transporte em automóvel privado, menor quantidade de emissões para a atmosfera, promoção de estilos de vida mais saudáveis, incentivo à autonomia, ao convívio e à mobilidade de grupos mais vulneráveis e disponibilidade de espaço público.

O ML pode, assim, desempenhar futuramente um papel importante na facilitação da mobilidade e na divulgação e implementação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável, melhorando as condições de vida nas cidades.

Os Impactes Ambientais

O sector dos transportes é responsável por uma parte muito expressiva do consumo de energia na União Europeia (UE-27) - cerca de 31% do consumo final de energia - e prevê-se que essa situação continue - o metropolitano é considerado como o meio de transporte urbano de passageiros mais eficiente em termos energéticos, uma vez que os veículos sobre carris têm um consumo energético por passageiro e por km muito inferior ao dos automóveis, a gasolina ou a diesel.

A poluição atmosférica em zonas urbanas é uma das principais causas da deterioração acentuada da qualidade de vida e de efeitos adversos na saúde humana, sendo o sector dos transportes o maior responsável pelas emissões dos precursores do ozono troposférico. Neste sentido, o transporte público polui, por passageiro e por km, significativamente menos do que o transporte em veículos privados, contribuindo assim a sua utilização preferencial para a melhoria da qualidade do ar, particularmente nos meios urbanos.

No que respeita especificamente às emissões de gases com efeito de estufa (GEE), os transportes, pela utilização de combustível, são um dos sectores formalmente identificados como mais



relevantes, em especial o automóvel privado. Saliente-se que a circulação das composições do metropolitano não produz GEE, circunscrevendo-se a sua contribuição para as alterações climáticas aos efeitos associados à produção de energia eléctrica.

Portugal, pela subscrição do Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas em Março de 2002, aceitou o compromisso formal de controlar significativamente essas emissões, pelo que terá de “não ultrapassar em mais de 27% as suas emissões no primeiro período de cumprimento (2008 - 2012), face aos valores de referência das emissões verificadas em 1990”. A promoção da utilização de composições que consumam menos energia será, conseqüentemente, um desafio a vencer.

Por outro lado, a gestão de resíduos e a utilização de materiais recicláveis são temas de grande relevância num quadro de adopção de boas práticas ambientais em sistemas de transporte.

Os transportes são a principal causa da exposição humana ao ruído ambiente, sendo o transporte rodoviário e a aviação os principais responsáveis. Além de outras medidas complementares - por exemplo, redução do tráfego automóvel nas horas de ponta nas zonas de maior densidade populacional - a redução deste tipo de ruído passa pela adequada manutenção dos veículos e pela utilização de materiais isoladores, bem como pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

Em termos de disponibilidade de espaço urbano necessário, a utilização do metropolitano (sobretudo em redes quase totalmente subterrâneas) é uma vantagem face a outros meios de transporte nas grandes cidades.

Para além disso, no caso específico do ML, saliente-se que a implantação de novas estações contribuiu para valorizar os espaços públicos adjacentes, quer pela geração de novas oportunidades de negócio na sua envolvente - e por conseguinte de novos empregos - quer pela criação de interfaces culturais, artísticas e de informação.

A Sustentabilidade Financeira

Face à competição crescente e à escassez de dinheiros públicos, a definição de um modelo de financiamento público da actividade e do investimento nos transportes, que permita o prosseguimento dos investimentos necessários à expansão da rede do ML e a cobertura das despesas de funcionamento, é matéria fundamental.



A nível interno ou em colaboração com terceiros teremos de desenvolver iniciativas com Parceiros Estratégicos que permitam ganhar economias de escala e será importante intensificar a acção de lobbying junto dos políticos e de diversos grupos de interesse.

No plano interno, ser-nos-á de extrema relevância:

- Promover a contenção dos custos correntes, particularmente dos encargos com pessoal e outros encargos fixos particularmente significativos;
- Maximizar as receitas de exploração, em particular pela captação de novos Clientes e pela utilização de um tarifário adequado;
- Melhorar a produtividade, nomeadamente pela implementação de programas que se traduzam na melhoria da eficiência e da segurança do material circulante, pela promoção de sistemas de consulta de Fornecedores de bens ou serviços que melhorem as condições de fiabilidade e qualidade dos fornecimentos, e pelo desenvolvimento duma cultura na Empresa que valorize um bom desempenho dos Colaboradores.

O Envolvimento com os Clientes

A atenção aos nossos Clientes deve ser uma prioridade e a sua aproximação, nas diversas áreas de intervenção da Empresa, deverá ser um objectivo mobilizador de iniciativas, particularmente na melhoria da disponibilidade e da eficiência do serviço, da segurança e do conforto do sistema, bem como na informação e no atendimento ao público. De forma a que o Cliente se sinta nosso parceiro, devemos envolvê-lo no diálogo e criar condições para a sua participação em iniciativas em que estejam em causa aspectos de particular relevância.

Numa óptica proactiva em relação ao Cliente, serão factores vitais para o futuro da nossa Empresa:

- Uma melhor organização e dimensionamento da oferta;
- A melhoria da interface com outros meios de transporte;
- O desenvolvimento da qualidade do serviço (quanto à frequência e regularidade das composições e quanto à segurança e conforto da sua utilização).

A expansão da utilização das novas tecnologias na interface com os Clientes e a disponibilização de serviços complementares de relevante interesse social ou importantes para determinados grupos de população - facilitação do acesso ao serviço aos Clientes com mobilidade reduzida, provedor do Cliente, transporte de bicicletas e de animais de companhia, informação multilingue, por exemplo - mediante eventuais parcerias com outros prestadores de serviços, serão elementos fundamentais na captação de novos Clientes e na fidelização dos actuais. Questões directa ou indirectamente



associadas à segurança (sinalética, limpeza, planos de evacuação em caso de acidente, detecção de casos de vandalismo por televigilância) e à valorização cultural e social dos espaços sob gestão da nossa Empresa serão também aspectos a contemplar.

Apesar do metropolitano ser considerado o meio de transporte urbano de passageiros mais seguro, o desenvolvimento de rotinas para aumentar a segurança e a fiabilidade das composições e para actuar em situações de emergência continua a merecer especial atenção.

A Qualidade, Eficiência e Produtividade

O acompanhamento proactivo da evolução do conhecimento científico e tecnológico nos domínios relevantes para a actividade da nossa Empresa, para adequação dos seus procedimentos aos crescentes requisitos legais aplicáveis e para melhoria dos níveis de qualidade do serviço prestado, será condição essencial da sua viabilidade e do seu sucesso no mercado.

Neste contexto, consideramos necessário valorizar o planeamento estratégico, o desenvolvimento dos sistemas automáticos para aquisição e validação de títulos de transporte, o aperfeiçoamento dos sistemas de segurança para protecção dos nossos Clientes e dos nossos Colaboradores, a dinamização das questões relativas à operacionalidade do material circulante e à formação e motivação do nosso efectivo, no sentido de encorajar um desempenho de excelência a todos os níveis.

A Promoção de uma Cultura Empresarial

Em relação à própria estrutura da nossa Empresa, será ainda necessário promover uma melhoria no diálogo entre as diferentes partes, no sentido de assegurar flexibilidade de funcionamento, valorizar o nível de desempenho de cada um dos Colaboradores e dar atenção permanente à formação laboral.

Deste modo, damos primordial importância aos seguintes factores:

- Racionalização do trabalho, mediante adequação das competências dos Colaboradores às necessidades específicas da Empresa, redução do custo do trabalho e da sua carga administrativa, disponibilização de melhores condições de segurança no trabalho, estímulo à



atitude proactiva dos Colaboradores, avaliação do cumprimento das orientações e do impacto de medidas específicas;

- Aumento da produtividade laboral, através do desenvolvimento das competências individuais, do combate ao absentismo e à sinistralidade laboral, da gestão criteriosa dos horários de trabalho, da divulgação de novas tecnologias e da consideração de valias sociais na negociação de contratos colectivos;
- Adequação permanente dos sistemas de remuneração ao grau de responsabilidade, à função exercida e ao nível de desempenho de cada Colaborador;
- Execução de programas de formação adequados às realidades da Empresa e do seu mercado e às exigências específicas de cada função;
- Promoção da paz social na Empresa, com base numa prática de diálogo com os Colaboradores, na valorização da formação e dos benefícios sociais no quadro das questões laborais, na implementação de práticas correctas de higiene e segurança no trabalho, na divulgação de informação relevante e na motivação para elevados níveis de desempenho.

De forma a **garantir a prossecução dos Planos Ambiental, Económico e Social**, atrás enunciados, o ML desenvolverá competências de carácter interdisciplinar e transversal para o Desenvolvimento Sustentável, com o objectivo de integrar em todas as áreas da Empresa, uma estratégia assente na dinâmica dos três vértices da Sustentabilidade: Ambiente, Economia e Sociedade.

Em 2009

Dimensão ambiental

Na perspectiva ambiental e relativamente à Expansão da Rede, o Metropolitano tem vindo a efectuar o Acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção em execução, de forma a assegurar a implementação das medidas de minimização recomendadas e, para os projectos em desenvolvimento e, se exigido legalmente, tem-se dado continuidade aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental.

O sistema de bilhética sem contacto permite, a nível da exploração, reduções no consumo de papel e na produção de resíduos. Os títulos recarregáveis e reutilizáveis são mais ecológicos e permitem a materialização da política dos três Rs – Reduzir, Reutilizar e Reciclar.



Durante o ano de 2009 instalaram-se painéis solares nos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III para aquecimento de água nos balneários, instalações sanitárias e refeitórios.

Futuramente, o Metropolitano pretende implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com o objectivo de gerir de modo contínuo e gradual os aspectos ambientais, tendo em vista a Certificação Ambiental da totalidade da Empresa, incluindo o serviço de exploração e novos prolongamentos.

Procura-se assim a melhoria contínua do desempenho ambiental, envolvendo a actualização da legislação ambiental e melhoria do Plano Integrado de Gestão de Resíduos, bem como a realização de diversos estudos relativos aos descritores ruído, vibrações, água, ar, resíduos, entre outros.

Dimensão social

O ML, agente com responsabilidade social no seio da comunidade, promoveu em 2009 diversas acções sociais, nas áreas da cultura, da educação, da saúde, da assistência social e da ecologia, através de concessão de apoios e da cedência de espaços privilegiados para divulgação de eventos nas estações e carruagens, procurando a promoção da coesão social e do desenvolvimento sustentado. Destacam-se:

Actividades no âmbito do 50.º Aniversário do ML

- No âmbito do Programa “Natal no Metro”, entre 2 e 17 de Dezembro, foram realizadas acções exclusivamente dedicadas à população escolar, visando a sensibilização para a conservação do património artístico e dar a conhecer este meio de Transporte Público amigo do ambiente:
 - “Comboio de Natal” – Viagem em comboio especial (ida e volta), com animação dirigida às crianças. Na estação decorreu uma acção especialmente concebida para o público infantil, com a presença do Pai Natal e das mascotes Metrox e Metrinha.
 - “Vem guiar os comboios” – Visita aos comboios, no Parque de Material e Oficinas da Pontinha, onde as crianças puderam contactar com o ambiente oficial, com os comboios e a sua tecnologia, regras de segurança e de utilização, podendo interagir com o equipamento. Nestas visitas esteve sempre patente a vertente pedagógica e didáctica. Os grupos foram acompanhados por profissionais ligados à condução e manutenção dos comboios, bem como, por pessoal da Comunicação e Imagem, especializado no acompanhamento de crianças.
- Inauguração da Exposição “50 anos a transportar Lisboa – uma viagem no tempo”, na estação Cais do Sodré, com a presença do Conselho de Administração. Foram convidados antigos colaboradores e a comunidade laboral do Metro (21 de Dezembro);



A exposição integrou as duas primeiras carruagens “ML7” e esteve centrada nos primeiros anos de circulação do ML. Esta mostra esteve patente na estação Alvalade, entre 21 de Dezembro de 2009 e 28 de Fevereiro de 2010, permitindo aos visitantes visualizar filmes e fotografias ilustrativas das fases mais importantes e marcantes dos primeiros 50 anos de existência da rede do ML.

- Realização de um Concerto Gala Comemorativo dos 50 Anos do Metro, pela Lisbon Film Orchestra, na zona da fonte da estação Cais do Sodré, sendo o repertório centrado em bandas sonoras cinematográficas de renome. Esta iniciativa destinou-se não só aos clientes ML e público em geral, mas também aos colaboradores da Empresa (21 de Dezembro);
- No dia 29 de Dezembro, decorreram várias iniciativas para assinalar o 50º Aniversário do ML, onde estiveram presentes, entre outras altas individualidades, o Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Carlos Correia da Fonseca, o Vice-Presidente da CML, Arq. Manuel Salgado e antigos Presidentes do ML – Dr. Santos e Silva, Eng.º Consiglieri Pedroso, Eng.º Santos Machado, Eng.º António Martins, Dr. Manuel Frasquilho e Eng.º Mineiro Aires. De entre as iniciativas realizadas, destaca-se:
 - Inauguração da exposição “50 anos a transportar Lisboa – Uma viagem no tempo” realizada no interior de uma carruagem ML95, estacionada na Praça dos Restauradores;
 - Realização de uma viagem, em duas carruagens ML 7, no percurso Restauradores / Alto dos Moinhos;
 - Realização de cerimónia solene, no auditório do Alto dos Moinhos, na qual foi prestada homenagem a seis gerações de antigos presidentes do Metro.
- Criação de postais publicitários no âmbito da Campanha “Postalfree”, para reforçar a identidade e imagem do Metro.
- Criação de selos alusivos aos 50 anos do ML, no âmbito da Campanha o “Meu Selo”, através do serviço dos CTT, possibilitando a personalização de selos através da incorporação de imagens e/ou textos.

Concessão de apoios e patrocínios

- Patrocínio de mais uma Edição, a 3.ª, do Festival “Dias da Música no CCB”, que reuniu um conjunto de músicos e formações de elevada qualidade (entre 24 e 26 de Abril);
- Participação em grupo de trabalho (CML, PSP, Polícia Municipal, Regimento de Sapadores Bombeiros, ML, Carris, Transtejo, Estado Maior da Armada, Porto de Lisboa, CNE, Protecção Civil e RTP), com vista à realização da cerimónia comemorativa do “50.º Aniversário do Cristo Rei” (16 de Maio);
- Patrocínio da “Conferência Nacional – Deficiência e Pobreza”, realizada na Fundação Gulbenkian e promovida pela Associação Portuguesa de Deficiência (19 de Junho);



- Concessão de apoio à Exposição “Encompassing the Globe. Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII”, que esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga. Esta mostra concebida pela Smithsonian Institution exibiu várias obras representativas das viagens dos portugueses nos séculos XVI e XVII (entre Julho e 11 de Outubro).

Divulgação de eventos e cedência de instalações

Ao longo do ano o ML apoiou alguns eventos, divulgando-os através da fixação de cartazes no interior das carruagens, através do seu site ou cedendo espaço nalgumas estações ou no Auditório do Alto dos Moinhos:

- Dia Mundial dos Leprosos, promovido pela Associação Portuguesa Amigos Raoul Follereau, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para a situação dos doentes de lepra em Portugal e no Mundo (entre 23 e 31 de Janeiro);
- “Ilustra_Underground” - Exposição dos trabalhos na estação Cais do Sodré, no âmbito do prémio de Ilustração promovido pela ETIC (entre 26 de Fevereiro e 19 de Março);
- Reunião com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens do distrito de Lisboa, presidida pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, no Auditório do Alto dos Moinhos (5 de Março);
- Seminário do Instituto da Segurança Social sobre “Requisitos Gerais para os géneros alimentícios e procedimentos de garantia da segurança alimentar em contexto de funcionamento dos equipamentos de apoio social”, no Auditório do Alto dos Moinhos (19 de Março);
- Passatempo de fotografia, no site do ML, alusivo ao tema “Mulher”, no âmbito da Feira “Feel Woman” (entre 20 e 22 de Março);
- Conferência anual da Associação “Lisboa E-Nova”, que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa, no Auditório do Alto dos Moinhos (2 de Abril);
- "Domingos das 10 às 13. Museus e Património...em Família" iniciativa promovida pelo Instituto dos Museus e da Conservação (entre Maio e Dezembro);
- “Mês do Coração”, comemoração promovida pela Fundação Portuguesa de Cardiologia, com o objectivo de encorajar a comunidade a adoptar estilos de vida saudáveis (entre 1 e 8 de Maio);
- Intervenções de Arte Pública levadas a cabo nalgumas estações por estudantes finalistas da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, no âmbito da iniciativa “Chiado na Moda 2009” (entre 9 e 19 de Maio);
- “Pirilampo Mágico”, venda nas estações organizada pela CERCI (entre 9 e 31 de Maio);



- “Teatro a Metro”, realização de espectáculos de Teatro, nas estações Alameda, Rato e Santa Apolónia, promovidos pela EGEAC e no âmbito das Festas de Lisboa (entre 20 e 24 de Maio);
- “Dia Mundial da Esclerose Múltipla”, na estação Marquês de Pombal, promovido pela Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (27 de Maio);
- “Marvila dos Sabores”, iniciativa organizada pela Junta de Freguesa de Marvila com divulgação de um spot publicitário nos ecrãs existentes nas estações - canal MOP (entre 29 de Maio e 19 de Junho);
- Prémio “QUERCUS 2009”, cerimónia anual da Associação Nacional de Conservação da Natureza visando premiar as empresas e instituições que levaram a cabo as melhores práticas ambientais, no Auditório do Alto dos Moinhos (19 de Junho);
- Rastreios cardiovasculares e instalação de bancas, nas estações, visando a angariação de fundos e informação sobre a Fundação Ciclo Vida (entre Julho e Setembro);
- “Festival dos Oceanos 2009”, com a realização de animação no interior das estações, com a presença de duas personagens alusivos aos Oceanos (entre 1 e 15 de Agosto);
- “Museus à Noite”, no âmbito desta acção o ML organizou duas visitas nocturnas às estações de Metro (entre 1 e 15 de Agosto);
- “Lisbon Village Festival”, dedicado à geração digital, composto por cinema, exposições e música com promoção no interior das estações (Setembro);
- 4.ª Edição do Prémio “Mobilidade em Bicicleta 2009”, organizada pela Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta, que visa a promoção da utilização da bicicleta como alternativa de mobilidade, no Auditório do Alto dos Moinhos (27 de Setembro);
- “A Fera Amansada”, em cena entre 25 de Outubro de 2008 e 25 de Junho 2009 e “O Corcunda de Notre Dame, em cena entre 23 de Outubro e 25 de Junho, do Teatro Infantil de Lisboa.

Cedência de Transporte Gratuito

Procurando fomentar a utilização do Metro, a empresa disponibilizou transporte gratuito aos participantes dos seguintes eventos:

- 19.ª Meia Maratona Internacional de Lisboa (22 de Março), cujos cartazes foram também afixados no interior dos comboios;
- XXXII Corrida da Liberdade (25 de Abril) – organizada pela Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, para assinalar o 25 de Abril;



- Passeio Belém/Trancão “Nós Pedalamos” (10 de Maio) – organizado pelo Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente que tem como objectivo a criação de corredores verdes que sirvam a cidade de Lisboa;
- Golden Marathon 2009 (10 de Maio) – prova desportiva organizada pela Fundação Carlos Lopes;
- City Chase (30 de Maio) – Prova que decorreu nas estações de Metro;
- “Fight hunger, walk the World”, marcha Mundial contra a Fome, edição 2009 (7 de Junho) - organizada pela TNT Express Portugal em parceria com o World Food Programme das Nações Unidas, com divulgação nas carruagens;
- “Lisboa Bike Tour”, pelo 4º ano consecutivo o ML associa-se à organização através do patrocínio financeiro (21 de Junho);
- “Corrida Vencer o Cancro” organizada pela União Humanitária dos Doentes com Cancro, organização que presta apoio aos doentes com cancro e familiares (27 de Junho);
- “Corrida e Caminhada dos 511 anos da Santa Casa da Misericórdia” organizada pela Santa Casa da Misericórdia, para assinalar o aniversário desta instituição (5 de Julho);
- “Jogos da Lusofonia Lisboa 2009” que contou com cerca de 1000 atletas de várias nacionalidades (entre 11 e 19 de Julho);
- Semana da Mobilidade, com o objectivo apelar à comunidade para a mobilidade sustentável e à utilização do Transporte Público. O transporte, ao longo desta semana, foi gratuito nos operadores aderentes à campanha - Metro, Carris, CP e Transtejo - (16 a 22 de Setembro);
- “10.ª Meia Maratona de Portugal”, prova que atravessa a Ponte Vasco da Gama (4 de Outubro);
- “Instituição a CASA – Centro de Apoio aos Sem-abrigo” – O ML ofereceu almoço e transporte a cerca de 200 sem abrigo das zonas de Santa Apolónia, Gare do Oriente, Terreiro do Paço e S. Jorge de Arroios, no refeitório do Parque de Material e Oficinas da Pontinha (26 de Dezembro);
- Festa Anual de Natal, organizada pela “Comunidade Vida e Paz” (Dezembro).

Dimensão económica

Enquadramento macroeconómico

Nos últimos dois anos, sobretudo em 2009, o mundo assistiu à mais grave crise económica do pós-guerra. Na realidade, após as tensões verificadas, em 2008, nos mercados financeiros, que haviam conduzido ao agravamento das condições de financiamento, assistiu-se, no ano de 2009, à deterioração da actividade económica a nível global. Em consequência, a maioria dos países



desenvolvidos, mas não só, conheceu contracções significativas em diversas componentes do Produto Interno Bruto. Como seria expectável a Europa não foi excepção. Em 2009, apesar das medidas expansionistas adoptadas pelos governos dos países da zona euro, a depreciação do Produto, neste espaço económico, cifrou-se em 4%.

Os principais mercados externos da economia portuguesa viram o seu PIB contrair-se. Em Espanha, na Alemanha e em França, que no seu conjunto representam mais de 50% das exportações nacionais, observaram-se taxas de contracção do Produto de 3,6%, 5,0% e 2,2%, respectivamente.

Consequentemente, em Portugal, e considerando que o nosso país é uma economia aberta, a quebra, embora menor que a verificada em alguns dos seus parceiros de união monetária, atingiu os 2,7%, sendo de realçar que, com excepção do Consumo Público e da Procura Externa Líquida (pois, apesar do decréscimo quer das importações quer das exportações o saldo acabou por ser menos negativo que no ano anterior), todas as componentes do PIB se depreciaram, tendo a Formação Bruta de Capital Fixo decrescido 11,1%.

Neste cenário, de recessão económica, assistiu-se, também, a uma variação negativa no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor. Como seria de esperar, o défice do Orçamento do Estado agravou-se para 9,4% do PIB e o desemprego atingia, em 31 de Dezembro de 2009, mais de 10% da população activa.

Mais recentemente, a pressão sobre a dívida soberana de alguns países, com défices mais elevados e projecções de taxas de crescimento reduzidas, entre os quais Portugal, levaram os investidores a exigir prémios de risco mais elevados, o que, inevitavelmente, levou a novo, e severo, agravamento das condições de financiamento.

Tal como a República Portuguesa, que garante grande parte da dívida do ML, a empresa viu a notação da sua dívida ser, sucessivamente, reduzida, de A⁺ com perspectiva positiva, em Janeiro de 2009, para A⁻ com perspectiva negativa, em Abril de 2010.

No entanto, e apesar deste agravamento das condições de crédito a taxa de juro implícita da dívida da empresa cresceu apenas 0,152%, de 2,377%, em 2008, para 2,529% em 2009, mantendo-se o prazo médio de endividamento nos 10 anos.

É, também, de realçar que apesar da quebra no consumo e o aumento do desemprego serem factos que afectam negativamente a necessidade de deslocações a empresa conseguiu manter estável o seu nível de procura.



Gestão operacional do risco

No final de 2009 foram publicados pela *International Organization for Standardization* dois documentos dedicados especificamente à Gestão de Risco. A “*ISO 31000:2009 Principles and guidelines for risk management*” e o “*ISO Guide 73:2009 Risk Management – Vocabulary*”, uma nova série de orientações que surgem da necessidade de harmonizar padrões e regulamentações e que actuarão como facilitador na necessidade das organizações lidarem com as incertezas que podem afectar os seus objectivos e na forma de dar resposta às crescentes necessidades de informação que lhes são colocadas por diversas instituições, nomeadamente a Tutela e as de crédito.

Como membro do Grupo NOVA *Benchmarking*, o ML participou no decurso de 2009 num estudo de caso de Gestão de Risco, tendo como contexto o metro, com o propósito de reunir informação básica sobre a envolvente, conhecer os principais desafios, entender o processo de gestão de risco, conhecer as abordagens de sucesso desenvolvidas para identificar, analisar e gerir o risco e ter em conta os riscos estratégicos que ameaçam a prossecução dos objectivos dos metros. O resultado deste trabalho reflectir-se-á na produção, em 2010, de um Manual de Boas Práticas.

O ML, na sequência de orientações tutelares, tem vindo a identificar os principais tipos de risco associados à sua actividade, através da recolha e análise de dados estatísticos, por comparação com outras redes de metropolitano e pela realização de estudos por empresas especializadas nesta matéria.

Os principais riscos ligados à actividade do ML são:

- **Operacionais**
 - **Qualidade do serviço** (frequência, regularidade, falhas);
 - **Segurança na rede** (roubos, agressões, vandalismo);
 - **Acidentes envolvendo passageiros;**
 - **Acidentes ferroviários** (colisões, descarrilamentos, explosões, incêndios);
 - **Acidentes na fase de construção.**

Este ano, face a uma eventual pandemia de gripe no país, foi preparado um plano de contingência, visando a protecção dos trabalhadores do ML e a garantia da prestação do serviço à população. Este plano resultou da colaboração de todas as áreas da empresa, com especial relevo para as participantes no Grupo de Acompanhamento Permanente (GAP) e seguiu as medidas aconselhadas pela Direcção Geral de Saúde (DGS).



Antes da abertura à exploração das novas estações Alameda e São Sebastião, foi efectuada uma análise dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas nessas estações e avaliadas as condições de segurança associadas às instalações e respectivas infra-estruturas técnicas. Foram identificadas as medidas correctivas consideradas adequadas para complementar as condições de segurança existentes, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de sinistros e a minorar as suas consequências.

Enquanto dono de obra, os riscos associados à fase de construção, são de diversas origens e o seu controlo inclui o cumprimento das normas no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, da monitorização do cumprimento e eficácia das mesmas através da análise periódica de indicadores sociais (qualidade do ar, níveis de ruído e de electromagnetismo, entre outros).

- **Ambientais**

- **Incomodidade** (ruídos, vibrações, poeiras, limpeza, circulação de pessoas e bens, acidentes);
- **Impacte na envolvente** (contaminação de solos e do meio hídrico, produção de resíduos).

Inicialmente, nas obras de construção, é efectuado um controlo dos riscos ambientais, integrado no Estudo de Impacte Ambiental e/ou Avaliação de Impacte Ambiental do prolongamento a construir. Durante a obra, o Acompanhamento e Monitorização Ambiental baseia-se na planificação e implementação de acções visando a atenuação dos impactes ambientais negativos existentes.

Nas actividades posteriores de exploração e manutenção, os riscos continuam a ser avaliados, nomeadamente ao nível das condições de ruído e vibrações, da melhoria da qualidade do ar e no seguimento do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos.

- **Financeiros**

- **Controlo da dívida;**
- **Condições de obtenção de crédito.**

No primeiro caso, o ML tem promovido políticas de permanente negociação e revisão das condições de financiamento, bem como uma intervenção ajustada no mercado de derivados.

Por outro lado, tendo em conta a diminuição da notação financeira da dívida portuguesa, o ML viu recentemente as suas notações financeiras atribuídas pela agência Standard & Poor's (S&P) reduzidas (de A⁺ para A⁻).



No âmbito da actuação do **Gabinete de Auditoria** foram realizadas acções relativas a Acidentes de Trabalho (Janeiro e Março), Imobilizado Corpóreo – equipamento administrativo e ferramentas e utensílios (Setembro) e venda de 77 carruagens ML7 como sucata (Dezembro).

Foi também apresentado pelo Gabinete de Auditoria o **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas**, de acordo com a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção. Este documento foi aprovado pelo Conselho de Administração tendo em conta que o combate dos riscos de corrupção é um processo contínuo que necessita de acompanhamento da Gestão de Topo para melhorar sistematicamente os processos que reforcem a transparência, responsabilidade e legalidade de procedimentos e práticas.

Avaliação do cumprimento dos princípios de Bom Governo

Nos termos do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (SEE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e nos princípios do bom governo das empresas do SEE, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, o ML tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigado.

O ML cumpre, através da informação disponível no seu site (www.metrolisboa.pt), no site do SEE (www.dgtf.pt), no Portal do SIRIEF e no Portal da empresa, bem como nos demais documentos enviados para a Tutela, sempre que solicitado, o respeito essencial dos preceitos relacionados com o cumprimento dos princípios do bom governo, das obrigações de informação decorrentes do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado e das normas do Estatuto do Gestor Público.

A Empresa produz anualmente documentos que definem a missão, objectivos e princípios gerais de actuação, Plano de Empresa, de carácter prospectivo, o referente à prestação de contas e avaliação da actividade desenvolvida no ano anterior, o Relatório e Contas.

Estes documentos são, após aprovação pela tutela, divulgados interna e externamente através de publicações produzidas para o efeito, bem como através do site do ML e do portal interno.



Grau de Cumprimento dos Objectivos

Através do Despacho Conjunto de S. Exas., o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e a Secretária de Estado dos Transportes, de 15 de Julho de 2009, foram estabelecidos os seguintes objectivos de gestão e respectivas metas quantificadas para o ano de 2009:

Componentes	unidade	peso	2009		
			meta	verificado	objectivo
Eficiência		45,00%			42,19%
1 Margem do EBITDAR (antes de ICs)	%	10,00%	≥ -74,7	-88,1	8,48%
2 Custos operacionais totais	10 ^{^3} €	6,25%	≤ 169.000	165.894	6,37%
3 Cobertura dos custos operacionais pelos proveitos operacionais	%	10,00%	≥ 68,9	69,7	10,12%
4 Volume de negócios proveniente de tarifas de transporte	10 ^{^3} €	6,25%	≥ 63.000	59.299	5,88%
5 Volume de negócios proveniente de actividades acessórias	10 ^{^3} €	6,25%	≥ 5.700	4.535	4,97%
6 Custos operacionais por passageiro x km	10 ^{^-3} €	6,25%	≥ 0,204	0,200	6,38%
Cumprimento do plano de investimentos em ILD's		20,00%			26,23%
7 Realização do plano de investimentos	%	10,00%	≥ 60	106	17,67%
8 Realização do PIDDAC	%	5,00%	≥ 100	100	5,00%
9 Acréscimo de endividamento	10 ^{^3} €	5,00%	≤ 224.000	314.747	3,56%
Pagamentos		4,00%			5,86%
10 Prazo médio de pagamento a fornecedores, excepto ILD's	Dias	4,00%	≤ 55,5	37,9	5,86%
Serviço e qualidade		28,00%			29,29%
11 Passageiros x km	10 ^{^3}	5,00%	≥ 829.970	829.068	4,99%
12 Lugares x km	10 ^{^6}	5,00%	≥ 4.252	4.271	5,02%
13 Regularidade do serviço	%	5,00%	≥ 98	99	5,06%
14 Fiabilidade	km	5,00%	≥ 60.000	75.445	6,29%
15 Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	8,00%	≥ 6,70	6,64	7,93%
Ambiente		3,00%			3,15%
16 Eficiência energética	kWh	3,00%	≤ 0,127	0,121	3,15%
Cumprimento dos Objectivos					106,72%

O ML ultrapassou o objectivo de gestão definido.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

A actividade do ML visa cumprir a missão e os objectivos fixados, de forma económica, financeira, social e ambiental eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável de serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade.



Anualmente a Empresa produz dois documentos, um de carácter prospectivo, denominado Plano de Empresa, onde se encontra definido entre outros aspectos, a missão, os objectivos, os princípios gerais de actuação, metas e resultados expectáveis para o triénio subsequente, incluindo a componente económico-financeira, e o Relatório da Actividade e Contas do exercício do ano anterior. Estes documentos fornecidos às Tutelas técnicas e financeiras para aprovação, são posteriormente divulgados internamente e externamente através do site do ML, portal do ML e distribuição de brochuras.

Estruturas de administração e fiscalização

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, conjugado com o n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, os membros do respectivo conselho de administração são nomeados e exonerados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. o Conselho Consultivo será composto por:

- Dois representantes nomeados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;
- Um representante indicado pelo Inst. da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.;
- Um representante indicado pela Área Metropolitana de Lisboa;
- Um representante indicado pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Um representante indicado por cada uma das câmaras municipais onde se situe a rede de transporte público do ML, E.P.E.;
- Um representante eleito pelos trabalhadores do ML, E.P.E.;
- O provedor do Metropolitano de Lisboa;
- Um representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.;
- Um representante da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

A Comissão de Fiscalização, composta por um presidente e dois vogais em representação da SROC, foi nomeada por despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Secretário de Estado dos Transportes de 26 de Outubro de 1998.



Remuneração e outros direitos

O ML divulga publicamente, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas auferida, em cada ano, por cada membro do órgão de administração, as remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização, bem como os demais benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.

Divulgação de informação relevante

Desde Abril de 2005 que o Metropolitano de Lisboa, tem em funcionamento e constante actualização o Portal da Empresa, com o principal objectivo de melhorar a comunicação interna no seio da Empresa, facilitando o acesso à informação (na sua maioria documental) e aos sistemas da empresa, por todo o seu universo de colaboradores.

O Portal está vocacionado para suportar os conteúdos que constituem a base de conhecimento da empresa, entre os quais se realça:

- Informação corporativa e institucional da empresa;
- Informação técnica de cada um dos órgãos do ML;
- Informação de carácter social;
- Notícias internas ou relevantes para o ML;
- Documentos que careçam de funcionalidades de subscrição e/ou divulgação por um número elevado de empregados do Metropolitano.

Assim que aprovados superiormente, documentos como o Relatório e Contas, Relatório de Sustentabilidade e Código de Ética e Conduta são disponibilizados no Portal, bem como no site na internet.

Complementarmente em Agosto de 2006, entrou em funcionamento nova versão do Site Oficial do ML na Internet, tratando-se da primeira grande remodelação do Site (existente desde Maio de 1998), quer do ponto de vista das funcionalidades disponibilizadas, quer no que respeita à estrutura de produção de conteúdos, quer ainda quanto à tecnologia utilizada.

De entre as inúmeras funcionalidades disponibilizadas na actual versão do Site, destacam-se as seguintes:

- Planeamento de viagem – simulador de itinerários
- Diagrama de rede e mapas



- Informação tarifária
- Evolução da Rede
- Obras em curso

Código de Ética

No dia 1 de Julho de 2006 entrou em vigor o primeiro [“Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa”](#), permitindo à Empresa assumir, no sector que opera, uma atitude e imagem pioneira, moderna e transparente no que diz respeito aos seus valores, competências e responsabilidades. Este documento sofreu uma actualização em 2009, aquando da alteração de regime jurídico do ML para Entidade Pública Empresarial (E.P.E.), em 26 de Julho de 2009.

O Código de conduta tem como principais objectivos enquadrar os princípios estruturantes e valores centrais da Empresa num conjunto de regras éticas e deontológicas que se impõem à consciência colectiva como modelo comportamental, que devem ser observadas na acção quotidiana.

Este documento encontra-se disponível para consulta externa no site da empresa, e foi distribuído individualmente a cada um dos colaboradores da empresa em formato papel, e divulgado internamente através do Portal do ML.